

XX SEMINÁRIO ROMA-BRASÍLIA

NILSON VITAL NAVES

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
E do Conselho da Justiça Federal*

Dezenove de agosto de 2003. O mundo assiste, com pesar, a dois ataques terroristas. Alvos: o escritório das Nações Unidas em Bagdá e um ônibus lotado em Jerusalém. Resultado: a morte de vários funcionários de uma organização humanitária dedicada às causas sociais da comunidade internacional e de pessoas que tinham ido fazer suas preces no Muro das Lamentações, entre as quais muitas crianças. Conseqüências: imagens indestrutíveis na memória da humanidade, reflexo autêntico do pavor e do medo que entorpecem o mundo.

As cenas surpreendem, mais uma vez, o discurso do ódio se contrapondo ao diálogo, o uso da força à solução pacífica das controvérsias, os interesses individuais ao cumprimento das leis, gerando profundas seqüelas que, certamente, se estenderão às gerações futuras.

Ao instalar o Seminário Roma-Brasília, este ano de todo voltado à causa do direito e da paz, quero reiterar o meu repúdio por essas ações covardes não só pelo seu poder destrutivo, mas, sobretudo, pela sua ofensa à vida, aos direitos humanos, à democracia, à verdadeira justiça e à paz. Além de lamentar a morte de tantos inocentes, quero ainda registrar o meu respeito por aqueles cidadãos do mundo que, na defesa da paz, encontraram a morte - contradição que não me deixa calar a dor dessa perda tão grande, para nós brasileiros do tamanho do exemplo e do trabalho de Sérgio Vieira de Mello. Perdemos nós, perdeu o mundo.

Não é fácil atribuir um significado à paz na atual situação. Se o fizesse, correria o risco de negar a realidade ou de omitir os fundamentos



<http://bdjur.stj.gov.br>

antropológicos dos anseios da paz nos indivíduos e nos grupos sociais. Poderia aqui discorrer sobre toda a filosofia política desde Platão até as agitações intelectuais dos últimos tempos para buscar entender as razões da construção de muros visíveis e invisíveis que se têm erguido entre os homens por causa de diferenças ideológicas, religiosas, étnicas, políticas e econômicas. Entretanto tal resgate da memória mundial não seria suficiente para explicar a ambígua história da paz, pois não é também a história das guerras?

Impõe-se entender, antes de tudo, que a história da paz e da guerra é, em essência, a história das esperanças do homem, ou melhor, da luta pelos seus direitos. Conforme Ihering, "... o homem não pode renunciar à sua esperança, porque ela é a sua própria realidade". Nesse sentido, a vida do direito é a luta, seja ela dos povos, seja dos governos, das classes sociais, seja, ainda, dos indivíduos. Veja-se que as grandes conquistas da humanidade, entre elas, a abolição da escravidão, o direito de voto, a não-intervenção, a livre aquisição da propriedade, a livre manifestação do pensamento, a liberdade de consciência e de crença, foram alcançadas. Contudo, através dos séculos, só o foram por meio de intensas e ininterruptas batalhas.

Sem dúvida, o meio de atingir a paz é a luta expressiva da inquietação subjetiva do homem, nela contida tanto a faculdade de exigir quanto a esperança de realização da justiça. Daí a necessidade de fazer da luta pelos valores individuais a luta pelos valores de todos. Mas, nesse ponto, é preciso entender algo fundamental: essa luta não pode justificar a violência, tornando o homem mais infeliz.

Aqui adentramos um aspecto grave da questão. O reconhecimento dos direitos humanos, cujo anúncio foi a Declaração de 1789, representou conquista animadora, porquanto já assinalava o caminho viável para a consecução da paz perpétua na acepção kantiana. Os anos seguintes, no entanto, mostrariam, a despeito da Declaração



Universal de 1948, muitas coisas que aqueles momentos iniciais desconheciam: no jogo de poder entre as nações, aqueles princípios seriam constantemente implodidos. Assim é que o cumprimento do direito de todos paulatinamente passou a ser substituído pela obstinação de cada um. E o pior: em nome dos direitos humanos, hoje se condena a guerra; em nome desses mesmos direitos, promove-se a guerra. Como podem os mesmos argumentos ser usado para justificar atitudes tão antagônicas?

Admitir tal duplicidade implicaria admitir que os direitos humanos seriam, incoerentemente, a negação de si mesmos ao pisarem seus próprios princípios. Estou convencido, porém, de que sempre responderão à sua própria coerência. Na verdade, essas divergências são o testemunho vivo de um divórcio entre a realidade de cada um e os ideais de todos.

Parece que estamos dentro de um labirinto, evocando aqui a metáfora de Bobbio e aplicando-a a causa da paz e da guerra: sabemos haver uma saída, mas esbarramos, a todo tempo, com a hidra do arbítrio. O labirinto ensina, entre outras coisas, quais são os caminhos que não levam a lugar nenhum. Isso também já sabemos. Entendo, portanto, que precisamos nos dirigir, nesta hora, pelo signo da prudência, ter discernimento ético e cultivar uma responsabilidade coletiva que ultrapasse as fronteiras de todos os países, porquanto a efetiva proteção dos direitos humanos, indissociavelmente ligada à consolidação da democracia, é o caminho, eu creio, ainda que várias vezes interrompido, para a consecução da paz, aspiração profunda de todos os povos, nervo do Estado no dizer de José Bonifácio, responsabilidade social internacional.

A propósito, as guerras "frias", aquelas estabelecidas no plano ideológico; as guerras "quentes", produtos de operações bélicas - que ceifaram muitas vidas, quando as luzes se apagaram em toda a Europa -; e agora, no dizer de alguns, as guerras "surdas", diluídas nas entranhas



da sociedade, ou seja, a fome, a exclusão social, a intolerância racial, o preconceito, o narcotráfico - que não matam menos, por isso não mais suportáveis-; como dizia, essas guerras, todas elas, ofuscaram as perspectivas de uma paz estável no terceiro milênio. Será que as luzes continuam apagadas?

Não podemos responder a essa situação com silêncio cúmplice, nem com voz negligente. Estamos diante de um veemente imperativo, o de buscar construir um novo estado de paz na história da humanidade. Essa mesma busca que reconhecemos na assinatura, em 1648, do Tratado de Vestefália – entre as nações, a primeira tentativa de afirmar direitos individuais e princípios de soberania dos Estados. Exatos trezentos anos depois vê-se a humanidade novamente, pelos horrores das guerras mundiais, na contingência de tentar garantir o respeito aos direitos fundamentais com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ambos, tratado e declaração, foram sistematicamente violados por ações insanas. Até quando o mundo continuará a esperar que o paroxismo do horror o faça renovar acordos que serão igualmente violados?

É hora de rever as relações econômicas, de reestruturar os organismos que as dirigem; é hora, sobretudo, de repensar a destinação dos frutos do progresso, sem dúvida é hora de respeitar ainda mais os princípios da não-intervenção. Se não o fizermos, os interesses do poder e da economia continuarão a se esconder por trás de “bodes expiatórios”, produzindo cada vez menos ganhadores e cada vez mais vítimas. Uma coisa é certa: a paz é uma questão política e ética que, sob a forma de uma ordem legal embrionária, reclama uma revisão da concepção humana da lei internacional.

Enquanto as nações não assumirem o dever ético de sacrificar o orgulho, o mundo não conhecerá a verdadeira paz. Por isso a guerra e a paz serão sempre uma escolha. A decisão sempre envolverá um sacrifício. É racional que seja o mais suportável. E, quanto a isso, estou convencido



de que a tolerância ainda é o caminho mais alto. Tolerância não no sentido apenas de convivência de crenças diversas, sejam elas religiosas ou políticas, muito menos no sentido de uma submissão passiva e resignada diante do erro; tolerância, sim, num sentido que vai além: o da escolha do diálogo em vez do método da força e da coerção vejam que a nossa República se rege pelos princípios da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da cooperação entre os povos e da prevalência dos direitos humanos. Isso aponta, de acordo com várias vozes, para uma atitude ativa de confiança nas razões do outro, uma atitude que não segue apenas os próprios interesses, senão que os considera à luz dos interesses dos semelhantes; finalmente, uma atitude que recusa conscientemente a violência como único meio legítimo para se obter o triunfo das próprias idéias. Depende de nós, de alguma forma, lutar para que a história deste século não termine pior do que começou, mas, para que isso aconteça, é urgente reconhecer que nossos direitos como indivíduos precisam ser cumpridos como humanidade.

Em meu nome, em nome do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, quero dar as boas-vindas aos ilustres participantes deste fórum mundial do direito e da paz, aos quais saúdo na pessoa do caro amigo Francisco Rezek, Juiz da Corte Internacional de Justiça. Desejo que os três dias do encontro representem um avanço significativo na incansável e legítima luta de todos nós para dias melhores.